



XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã

de 08 a 10 de outubro 2025
Universidade Federal do Tocantins

ENTRE O DESASTRE E O ESQUECIMENTO: a comunicação de risco nas coberturas sobre inundações no Jornal Correio do Tocantins (2009–2010) ¹

Juliana Lima – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura do Jornal Correio do Tocantins (JCT), impresso local de Marabá (PA), sobre as inundações de 2009 e 2010. Investiga se a comunicação jornalística incorporou elementos da comunicação de risco, com base em análise quanti-qualitativa de 103 textos. Fundamenta-se em autores como Covello e Sandman, Renn, Freitas, Senna e Barros Filho, utilizando como referencial analítico o modelo das fases da GRD. Os resultados apontam uma cobertura fragmentada, descontinuada e reativa, com limitações para mobilizar a prevenção e fortalecer a resiliência cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação de risco; Inundações; Jornalismo ambiental; Amazônia; Memória midiática.

1. INTRODUÇÃO

As inundações são desastres recorrentes na região amazônica e representam ameaças frequentes às populações urbanas e ribeirinhas. Em contextos como esse, a comunicação de risco tem papel essencial na orientação e proteção das comunidades vulneráveis. Este trabalho tem como objetivo analisar como o Jornal Correio do Tocantins (JCT), sediado em Marabá (PA), abordou, segundo os princípios da comunicação de risco, as inundações ocorridas nos anos de 2009 e 2010.

A escolha do JCT se justifica por sua ampla circulação regional e pela relevância do município de Marabá no contexto dos eventos climáticos extremos da região. Como complemento analítico, considera-se a memória midiática como um dos critérios de avaliação da cobertura jornalística. Para Barros Filho (2003), a memória construída pelo jornalismo é seletiva, fragmentada e marcada por silêncios, comprometendo a permanência de certos temas na agenda pública e o papel informativo da imprensa em processos de longa duração.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, baseada na análise de conteúdo de 103 textos jornalísticos publicados pelo JCT — 77 em 2009 e 26 em 2010. A investigação combinou dados quantitativos (frequência e distribuição temporal das publicações) e qualitativos (tipologia textual, vocabulário, diversidade de fontes, recursos gráficos, localização das matérias e continuidade temática).

A análise foi estruturada a partir do modelo das fases da Gestão de Risco de Desastres (GRD), conforme definido pela Instrução Normativa nº 01/2012 da Defesa Civil Nacional. Esse modelo identi-

¹ Trabalho apresentado no GT1 – Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania da XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2025, realizada de 08 a 10 de outubro de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO.

fica quatro etapas interdependentes: Redução de Riscos, Monitoramento e Alerta, Resposta e Recuperação. O estudo se fundamenta em autores como Covello e Sandman (2001), Renn (2008), Slovic (2010), Freitas (2014), Senna (2021) e Barros Filho (2003), que forneceram suporte conceitual e metodológico para a análise.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A comunicação de risco é compreendida neste estudo como uma prática contínua, estratégica e participativa de circulação de informações entre órgãos públicos, especialistas, imprensa e comunidades expostas a ameaças. Para Covello e Sandman (2001), trata-se de um processo interativo que busca não apenas informar, mas construir confiança entre os atores envolvidos na gestão de riscos. Renn (2008) complementa essa visão ao destacar a importância de incluir os aspectos socioculturais na percepção pública de ameaças.

No contexto brasileiro, Freitas (2014) propõe uma abordagem fundamentada na percepção social dos riscos e na mobilização das comunidades, enquanto Senna (2021) enfatiza a comunicação de risco como um instrumento fundamental na Proteção e Defesa Civil, que deve estar presente em todas as fases da GRD. De forma convergente, a Instrução Normativa nº 01/2012 reconhece a transversalidade da comunicação ao longo das quatro fases do ciclo de desastres.

Complementarmente, a memória midiática é adotada como critério de análise da cobertura jornalística. Segundo Barros Filho (2003), a memória construída pelo jornalismo é atravessada por silêncios e recortes, sendo determinada por fatores como rotinas produtivas, critérios de noticiabilidade e disputas de sentido. Compreender como certos temas são ativados ou esquecidos na cobertura permite identificar padrões que afetam diretamente a eficácia da comunicação de risco.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou que a cobertura do JCT concentrou-se nos períodos de maior gravidade dos eventos — principalmente maio de 2009 e abril de 2010 — e apresentou forte redução no volume de publicações nos meses anteriores e posteriores. Esse padrão indica uma cobertura reativa, voltada prioritariamente para o momento de crise, com pouca atenção às fases de prevenção e recuperação.

O vocabulário utilizado foi muitas vezes impreciso, com o uso de termos como “enchente” e “cheia” em lugar de “inundação”, o que pode comprometer a compreensão técnica do fenômeno. Observou-se ainda a predominância de fontes oficiais, especialmente representantes da prefeitura e da Defesa Civil, em detrimento de especialistas e lideranças comunitárias. Essa limitação reduz a diversidade de perspectivas e fragiliza a construção de um discurso mais educativo e mobilizador.

O uso de recursos gráficos foi pontual, e as matérias com maior destaque coincidiram com os momentos de maior impacto do desastre, reforçando o caráter episódico da cobertura. A partir dessas evidências, identificou-se o que este trabalho denomina como ciclo de memória midiática reativo: a visibilidade do tema é ativada apenas no auge da emergência, desaparecendo nas fases preparatórias e pós-crise. Tal lacuna compromete o potencial do jornalismo em contribuir para a construção de resiliência social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Jornal Correio do Tocantins tenha desempenhado um papel importante ao registrar os momentos críticos das inundações de 2009 e 2010, sua cobertura apresentou limitações no que diz respeito à incorporação dos princípios da comunicação de risco. A ausência de continuidade, o foco restrito à fase de resposta e a escassez de vozes especializadas comprometeram o potencial informativo e educativo da cobertura.

A noção de ciclo de memória midiática reativo permitiu compreender como o esquecimento e a fragmentação afetam a presença do tema dos desastres na mídia local. Tais lacunas informativas dificultam o engajamento social e o fortalecimento da prevenção. Assim, reforça-se a necessidade de uma comunicação de risco mais abrangente, permanente e articulada entre mídia, órgãos de defesa civil e sociedade, como estratégia fundamental para a construção da resiliência em territórios vulneráveis como a Amazônia.

6. REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, César. **Jornalismo e memória social**. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012**.

COVELLO, Vincent T.; SANDMAN, Peter M. Risk communication: evolution and revolution. In: WOLBARST, Anthony (Ed.). **Solutions to an Environment in Peril**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001.

FREITAS, Carlos. Comunicação de risco: uma proposta de abordagem a partir da percepção. In: **Revista Brasileira de Comunicação Pública**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1–18, jan./jun. 2014.

RENN, Ortwin. **Risk communication: insights and requirements for designing successful communication programs on health and environmental hazards**. In: HCP – Handbook of Communication in the Public Interest, p. 80–98, 2008.

SENNA, Luciene. **A comunicação de risco e a proteção e defesa civil no Brasil: estratégias, desafios e possibilidades**. Curitiba: Appris, 2021.